



(SUSTA A APLICAÇÃO DO CAPUT DO ARTIGO 18 DO REGULAMENTO DOS SISTEMAS TARIFÁRIO E TÉCNICO DA SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA, ESGOTOS E MEIO AMBIENTE DE VOTUPORANGA A QUE SE REFERE O ARTIGO 1º DO DECRETO Nº 17 984, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2024)

WALTER JOSÉ DOS SANTOS  
Vereador

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.



# Câmara Municipal de Votuporanga

## PALÁCIO 8 DE AGOSTO

### JUSTIFICATIVA

Excelentíssimos Senhores Vereadores,

A apresentação deste Projeto de Decreto Legislativo nº 2/2025, que tem como objetivo sustar a aplicação do caput do artigo 18 do Regulamento dos Sistemas Tarifário e Técnico da Superintendência de Água, Esgotos e Meio Ambiente de Votuporanga, a que se refere o artigo 1º do Decreto nº 17.984, de 27 de novembro de 2024, fundamenta-se na imperiosa necessidade de proteger e promover a justiça tarifária, garantindo que a população, especialmente as classes mais vulneráveis, não sofra com o impacto desproporcional e injusto de um aumento significativo nas tarifas de água e serviços relacionados.

O caput do artigo 18 do referido regulamento estabelece um aumento da tarifa de consumo de água para os clientes classificados nas categorias residencial, residencial social, comercial, assistencial, industrial, pública, e outras, elevando o percentual sobre o valor da tarifa de água de 80% (oitenta por cento) para 100% (cem por cento).

Essa alteração proposta pelo Prefeito Jorge Seba, atualmente representa um grave impacto econômico no orçamento familiar das classes menos favorecidas, bem como um ônus considerável para estabelecimentos comerciais, industriais e assistenciais que também desempenham papel relevante no crescimento e manutenção da economia local.

Consideremos, por exemplo, as famílias classificadas na categoria residencial social, que, em sua maioria, possuem renda limitada e enfrentam dificuldades para arcar com os custos já vigentes dos serviços de água e esgoto. Um aumento para 100% sobre o consumo de água implicaria não apenas na elevação das despesas essenciais, mas também na potencial privação de um recurso básico indispensável à vida e à dignidade humana. Ressalte-se que esta situação viola princípios essenciais inscritos na Constituição Federal, como o princípio da dignidade da pessoa humana e o direito à vida.

Além disso, não se pode ignorar o impacto econômico negativo que este aumento causaria sobre as empresas das categorias comercial e industrial, bem como sobre as instituições assistenciais, religiosas e outras. Em um momento de recuperação econômica, um aumento de tamanha magnitude pode gerar efeito cascata, inibindo investimentos, obrigando empresários a repassar custos para seus produtos e serviços, e restringindo a capacidade de entidades assistenciais cumprirem suas missões sociais.

Assim, além do impacto financeiro direto, o aumento poderá trazer efeitos colaterais significativos no desenvolvimento socioeconômico local.

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.



